



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 15, DE 2011

(Do Sr. Stepan Nercessian e Outros)

Acrescenta o § 3º-A ao art. 27 e inciso XII-A ao art. 29, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a criação de Conselhos de Ética das Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais e dá outras providências.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Art. 1º O artigo 27 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º-A:

“**Art. 27**

.....
§ 3º-A O regimento interno das Assembleias Legislativas, constante do parágrafo anterior, deverá prever a constituição de Conselhos de Ética em suas respectivas estruturas, cuja competência abrangerá o processamento e julgamento de seus membros, garantida a publicidade dos votos dos deputados estaduais quando a sanção recomendar a perda de mandato.” (NR)

Art. 2º O artigo 29 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XII-A:

“**Art. 29**

.....
XII-A – inserção de Conselho de Ética na estrutura da Câmara Municipal, elencando entre as suas competências a de processar e julgar seus membros, garantida a publicidade em todas as votações quando a sanção recomendar a cassação do vereador.” (NR)

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O processo de fortalecimento da democracia, alavancado por uma forte participação dos meios de comunicação, traz consigo a inevitável exposição de denúncias sobre o mau uso da coisa pública.

Esta dinâmica, embora angustiante para o cidadão brasileiro, provoca indignação e, a longo prazo, permite que se instaurem no seio da sociedade os elementos fomentadores para mudanças de postura de seus integrantes, sejam eles os responsáveis pela gestão do bem público, sejam eles os que estão sob sua gestão.

Este fenômeno pôde ser recentemente observado em meados do ano passado, quando foi editada a Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, também conhecida como “Lei da Ficha Limpa”. A proposta foi concretizada através de um projeto de iniciativa popular, resultante dos esforços de 50 organizações da sociedade civil, integrantes do chamado Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE. Embora as regras eleitorais devam ser aprovadas um ano antes das eleições, a pressão social foi tamanha que, mesmo o Supremo Tribunal Federal reconheceu a aplicabilidade da lei para o pleito realizado em outubro do mesmo ano.

Remotamente, também foram percebidas iniciativas que refletem um amadurecimento cívico em busca de uma participação mais ativa da sociedade na fiscalização direta dos seus eleitos. Em São Paulo, por exemplo, foi criado o programa "Adote um Vereador", idealizado pelo Instituto Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia. A proposta de fiscalização orienta os eleitores “adotantes” a abrirem blogs com os nomes das autoridades “adotadas” para que na página sejam publicadas as notícias sobre os agentes públicos e suas respectivas atuações institucionais. Na mesma esteira, o Distrito Federal também caminha para um processo fiscalizatório mais próximo ao eleitor. O programa “Adote um Distrital” será coordenado pelo comitê Ficha Limpa-DF, que é composto por eleitores e é uma das entidades que compõem o MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

A presente proposta de alteração do texto constitucional nada mais é do que um incentivo para que as Assembléias Legislativas dos Estados e Câmaras Municipais criem seus Conselhos de Ética, reproduzindo os anseios de uma sociedade mais amadurecida civicamente e que clama por transparência e fiscalização de seus representantes estaduais.

Ademais, a iniciativa da criação de Conselhos de Ética reforça um interesse das instituições públicas em colaborar com a sociedade civil na seleção de agentes públicos mais probos e vocacionados para o trabalho pelo bem comum.

Importa frisar que, entre as competências dos Conselhos a serem criados, ficou explícita a de julgar os deputados estaduais e vereadores em voto aberto.

Atualmente, a experiência mais difundida e contestada é a do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a votação, em processos em que o Conselho de Ética opine pela cassação do mandato, é secreta. Desta forma, o eleitor não sabe se seu representante votou pela perda ou manutenção do deputado processado pela Casa Legislativa a qual pertence. A publicidade também será uma forte arma contra os conchavos e barganhas entre os pares que pretendem proteger agentes públicos em processo de cassação.

Dadas as razões acima expostas, peço apoio aos nobres pares na aprovação da presente proposta para que a alteração da Constituição possa refletir de maneira mais fiel o amadurecimento de uma sociedade mais cônica de sua força transformadora.

Salas das Sessões, em 19 de abril de 2011.

Deputado STEPAN NERCESSIAN

PPS/RJ

Proposição: PEC-15/2011

Autor: STEPAN NERCESSIAN E OUTROS

Data de Apresentação: 19/4/2011 17:52:58

Ementa: Acrescenta o § 3º-A ao art. 27 e inciso XII-A ao art. 29, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a criação de Conselhos de Ética das Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais e dá outras providências.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	173
Não Conferem	004
Fora do Exercício	000
Repetidas	019
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	196

Assinaturas Confirmadas

1 ADEMIR CAMILO	PDT	MG
2 AELTON FREITAS	PR	MG
3 ALBERTO FILHO	PMDB	MA
4 ALEX CANZIANI	PTB	PR
5 ALFREDO SIRKIS	PV	RJ
6 AMAURI TEIXEIRA	PT	BA
7 ANDRE MOURA	PSC	SE
8 ANDREIA ZITO	PSDB	RJ
9 ANTÔNIO ANDRADE	PMDB	MG
10 ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS
11 ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
12 ANTÔNIO ROBERTO	PV	MG
13 ARNALDO JARDIM	PPS	SP
14 ARNALDO JORDY	PPS	PA

15 ARTHUR OLIVEIRA MAIA	PMDB BA
16 ASSIS DO COUTO	PT PR
17 ASSIS MELO	PCdoB RS
18 AUREO	PRTB RJ
19 BENEDITA DA SILVA	PT RJ
20 BENJAMIN MARANHÃO	PMDB PB
21 BERNARDO SANTANA DE VASCONCELL	PR MG
22 BETO FARO	PT PA
23 BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB MG
24 BRIZOLA NETO	PDT RJ
25 CARLAILE PEDROSA	PSDB MG
26 CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB GO
27 CARLOS MAGNO	PP RO
28 CARLOS SOUZA	PP AM
29 CELSO MALDANER	PMDB SC
30 CÉSAR HALUM	PPS TO
31 CHICO ALENCAR	PSOL RJ
32 CIDA BORGHETTI	PP PR
33 CLÁUDIO PUTY	PT PA
34 CLEBER VERDE	PRB MA
35 DAMIÃO FELICIANO	PDT PB
36 DANIEL ALMEIDA	PCdoB BA
37 DANILO FORTE	PMDB CE
38 DARCÍSIO PERONDI	PMDB RS
39 DAVI ALVES SILVA JÚNIOR	PR MA
40 DÉCIO LIMA	PT SC
41 DELEGADO PROTÓGENES	PCdoB SP
42 DIMAS RAMALHO	PPS SP
43 DOMINGOS DUTRA	PT MA
44 DOMINGOS SÁVIO	PSDB MG
45 DR. ALUIZIO	PV RJ
46 DR. JORGE SILVA	PDT ES
47 DR. PAULO CÉSAR	PR RJ
48 DR. ROSINHA	PT PR
49 EDUARDO AZEREDO	PSDB MG
50 EDUARDO BARBOSA	PSDB MG
51 EDUARDO DA FONTE	PP PE
52 EDUARDO SCIARRA	DEM PR
53 ENIO BACCI	PDT RS
54 EUDES XAVIER	PT CE
55 FABIO TRAD	PMDB MS
56 FÁTIMA PELAES	PMDB AP
57 FELIPE BORNIER	PHS RJ
58 FELIPE MAIA	DEM RN
59 FERNANDO FERRO	PT PE
60 FLAVIANO MELO	PMDB AC
61 FRANCISCO FLORIANO	PR RJ
62 FRANCISCO PRACIANO	PT AM
63 GENECIAS NORONHA	PMDB CE
64 GEORGE HILTON	PRB MG
65 GERALDO SIMÕES	PT BA
66 GILMAR MACHADO	PT MG
67 GIVALDO CARIMBÃO	PSB AL
68 GLADSON CAMELI	PP AC

69 GLAUBER BRAGA	PSB	RJ
70 GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
71 GUILHERME CAMPOS	DEM	SP
72 GUILHERME MUSSI	PV	SP
73 HÉLIO SANTOS	PSDB	MA
74 HENRIQUE OLIVEIRA	PR	AM
75 HUGO NAPOLEÃO	DEM	PI
76 IRACEMA PORTELLA	PP	PI
77 IVAN VALENTE	PSOL	SP
78 JAIME MARTINS	PR	MG
79 JAIRO ATAÍDE	DEM	MG
80 JAQUELINE RORIZ	PMN	DF
81 JEAN WYLLYS	PSOL	RJ
82 JÔ MORAES	PCdoB	MG
83 JOÃO DADO	PDT	SP
84 JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
85 JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP
86 JOÃO PAULO LIMA	PT	PE
87 JOAQUIM BELTRÃO	PMDB	AL
88 JONAS DONIZETTE	PSB	SP
89 JOSÉ OTÁVIO GERMANO	PP	RS
90 JOSIAS GOMES	PT	BA
91 JÚLIO DELGADO	PSB	MG
92 LÁZARO BOTELHO	PP	TO
93 LELO COIMBRA	PMDB	ES
94 LEOPOLDO MEYER	PSB	PR
95 LILIAM SÁ	PR	RJ
96 LINCOLN PORTELA	PR	MG
97 LIRA MAIA	DEM	PA
98 LOURIVAL MENDES	PTdoB	MA
99 LUCIANO CASTRO	PR	RR
100 LÚCIO VALE	PR	PA
101 LUIS TIBÉ	PTdoB	MG
102 LUIZ COUTO	PT	PB
103 LUIZ NOÉ	PSB	RS
104 MANATO	PDT	ES
105 MANOEL JUNIOR	PMDB	PB
106 MARCELO AGUIAR	PSC	SP
107 MARCELO CASTRO	PMDB	PI
108 MÁRCIO MARINHO	PRB	BA
109 MARCON	PT	RS
110 MARCOS MEDRADO	PDT	BA
111 MARCUS PESTANA	PSDB	MG
112 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PR	AL
113 MENDONÇA PRADO	DEM	SE
114 MIGUEL CORRÊA	PT	MG
115 MILTON MONTI	PR	SP
116 NEILTON MULIM	PR	RJ
117 NELSON BORNIER	PMDB	RJ
118 NELSON PELLEGRINO	PT	BA
119 ONOFRE SANTO AGOSTINI	DEM	SC
120 OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
121 OTAVIO LEITE	PSDB	RJ
122 PADRE JOÃO	PT	MG

123 PAES LANDIM	PTB	PI
124 PASTOR EURICO	PSB	PE
125 PAULO CESAR QUARTIERO	DEM	RR
126 PAULO FOLETTTO	PSB	ES
127 PAULO FREIRE	PR	SP
128 PAULO PIAU	PMDB	MG
129 PAULO PIMENTA	PT	RS
130 PAULO RUBEM SANTIAGO	PDT	PE
131 PEDRO CHAVES	PMDB	GO
132 PEDRO EUGÊNIO	PT	PE
133 PEPE VARGAS	PT	RS
134 PROFESSOR SETIMO	PMDB	MA
135 RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
136 REGINALDO LOPES	PT	MG
137 REGUFFE	PDT	DF
138 RENATO MOLLING	PP	RS
139 RIBAMAR ALVES	PSB	MA
140 RICARDO TRIPOLI	PSDB	SP
141 ROBERTO BALESTRA	PP	GO
142 ROBERTO DE LUCENA	PV	SP
143 ROBERTO FREIRE	PPS	SP
144 ROBERTO SANTIAGO	PV	SP
145 ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB	SC
146 RONALDO BENEDET	PMDB	SC
147 RONALDO FONSECA	PR	DF
148 ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
149 RUBENS OTONI	PT	GO
150 RUI PALMEIRA	PSDB	AL
151 SABINO CASTELO BRANCO	PTB	AM
152 SALVADOR ZIMBALDI	PDT	SP
153 SANDRA ROSADO	PSB	RN
154 SANDRO ALEX	PPS	PR
155 SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP
156 SÉRGIO BRITO	PSC	BA
157 SÉRGIO MORAES	PTB	RS
158 SILVIO COSTA	PTB	PE
159 STEFANO AGUIAR	PSC	MG
160 STEPAN NERCESSIAN	PPS	RJ
161 TAUMATURGO LIMA	PT	AC
162 TIRIRICA	PR	SP
163 VALADARES FILHO	PSB	SE
164 VALMIR ASSUNÇÃO	PT	BA
165 VALTENIR PEREIRA	PSB	MT
166 VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
167 VITOR PENIDO	DEM	MG
168 WALDIR MARANHÃO	PP	MA
169 WELITON PRADO	PT	MG
170 WILLIAM DIB	PSDB	SP
171 WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE
172 ZÉ GERALDO	PT	PA
173 ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA

Assinaturas que Não Conferem

1 DR. CARLOS ALBERTO	PMN	RJ
----------------------	-----	----

2 HELENO SILVA	PRB	SE
3 PADRE TON	PT	RO
4 WELLINGTON ROBERTO	PR	PB

Assinaturas Repetidas

1 ARNALDO JORDY	PPS	PA (confirmada)
2 AUREO	PRTB	RJ (confirmada)
3 BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG (confirmada)
4 DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS (confirmada)
5 DOMINGOS DUTRA	PT	MA (confirmada)
6 DOMINGOS DUTRA	PT	MA (confirmada)
7 GILMAR MACHADO	PT	MG (confirmada)
8 GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE (confirmada)
9 GUILHERME MUSSI	PV	SP (confirmada)
10 HENRIQUE OLIVEIRA	PR	AM (confirmada)
11 JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG (confirmada)
12 LÚCIO VALE	PR	PA (confirmada)
13 MANATO	PDT	ES (confirmada)
14 NELSON BORNIER	PMDB	RJ (confirmada)
15 OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR (confirmada)
16 SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP (confirmada)
17 STEFANO AGUIAR	PSC	MG (confirmada)
18 VALADARES FILHO	PSB	SE (confirmada)
19 WELITON PRADO	PT	MG (confirmada)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

.....
**CAPÍTULO III
DOS ESTADOS FEDERADOS**

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as

regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

§ 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. ([Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

§ 3º Compete às Assembléias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

§ 4º A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77. (["Caput" do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997](#))

§ 1º Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V. ([Parágrafo único transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

§ 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

CAPÍTULO IV DOS MUNICÍPIOS

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; ([Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997](#))

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: (["Caput" do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#))

a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; ([Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#))

b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; [Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; [Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

e) 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes; [Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009](#)

q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992\)](#) e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio

máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

VII - o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992\)](#)

VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; [\(Primitivo inciso VI renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992\)](#)

IX – proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembléia Legislativa; [\(Primitivo inciso VII renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992\)](#)

X – julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; [\(Primitivo inciso VIII renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992\)](#)

XI - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal; [\(Primitivo inciso IX renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992\)](#)

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal; [\(Primitivo inciso X renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992\)](#)

XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; [\(Primitivo inciso XI renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992\)](#)

XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único. [\(Primitivo inciso XII renumerado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992\)](#)

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: [\(“Caput” do artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#).e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#).e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#).e [com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009\)](#)

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#).e [com nova redação dada pela](#)

Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009)

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 4 DE JUNHO DE 2010

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

Art. 2º A Lei Complementar nº 64, de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

FIM DO DOCUMENTO